

Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
27 de março de 2017 - Nº 554 - www.sindipetrocaxias.org.br

FUP



CUT



Câmara dá golpe e aprova terceirização irrestrita



A Câmara dos Deputados aprovou no dia 22 de março o projeto fantasma, da época de FHC, que libera a terceirização irrestrita no país.

Por 231 votos a favor, 188 contrários e 8 abstenções foi aprovado o texto-base do Projeto de Lei (PL) 4.302/1998 que escancara o trabalho terceirizado de forma ampla e irrestrita para qualquer tipo de atividade, inclusive as atividades fim das empresas.

A manobra do atual presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para aprovar às pressas a terceirização é considerada um golpe legislativo contra o Senado. A Câmara já havia aprovado em 2015 um Projeto de Lei (PL 4330) que regulamentava as terceirizações, quando o presi-

dente da Casa era Eduardo Cunha (PMDB-RJ), atualmente preso na Operação Lava Jato. A matéria tramitava lentamente no Senado, já que o ex-presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL) alegava ver riscos aos trabalhadores. Dessa forma, Maia recorreu a uma artimanha: desengavetou uma proposta similar, de 1998, apresentada pelo governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Esse projeto tinha sido aprovado no Senado em 2002, com relatório de Romero Jucá (PMDB-RR), atualmente líder do governo Temer no Senado. A oposição recorreu ao Supremo Tribunal Federal contra a manobra.

Nesta quinta-feira (23) o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), deixou claro sua insatisfação com

o golpe de Maia e afirmou que vai colocar para votação o projeto sobre terceirização atualmente em tramitação na Casa, o que pode levar a alterações nas regras aprovadas na Câmara.

De qualquer maneira, a terceirização é um engodo para a classe trabalhadora. Pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (Dieese) encomendada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) fez um comparativo entre o trabalhador ligado diretamente às empresas com aqueles que são terceirizados. O estudo apontou que os terceirizados trabalham 3 horas a mais por semana, recebem 24,7% a menos, permanecem 2,6 anos a menos nos empregos e são vítimas de 80% dos acidentes fatais no trabalho.

Enfraquecimento das entidades sindicais

Golpe nos direitos duramente conquistados pelos trabalhadores

A terceirização sem limites precariza o trabalho e ameaça o emprego formal. O Projeto de Lei aprovado pela Câmara no último dia 22, pode acarretar no enfraquecimento dos Sindicatos, uma vez que irá reduzir o número de trabalhadores próprios e aumentar os terceirizados. Levando a uma diminuição no número de associados das entidades.



Fim dos Concursos Públicos

Desta maneira, será o **fim dos concursos públicos no Brasil**. Sem a obrigatoriedade da atividade fim não ser terceirizada, as empresas públicas, como Petrobras, Transpetro, Correios, Banco do Brasil entre outras, não terão mais a necessidade de abrirem concursos para a contratação de novos trabalhadores próprios.

Com a nova lei em vigor, os trabalhadores deixarão de ter acesso aos benefícios e garantias estabelecidos pela Carteira de Trabalho e da estabilidade no emprego, tornando-se cada vez mais em

Pessoas Jurídicas. Firmando contratos impestosais e sendo livre a quarteirização dos serviços. Com o trabalho via PJ, será o fim das férias, 13º salário, aposentadoria, seguro desemprego...

O contratante não terá mais obrigações em relação ao empregado nas questões relacionadas a atendimento médico e ambulatorial ou acesso ao refeitório (que passa a ser facultativo). Porém, condições de segurança, higiene e salubridade aos trabalhadores, continuam obrigatórias, mas todos sabem que haverá uma precarização nas relações de trabalho.

TST suspende Dissídio Coletivo da RMNR

No dia 20 de março o diretor do Sindipetro Caxias e diretor jurídico da FUP, Simão Zanardi, esteve em Brasília acompanhado pela assessoria jurídica da FUP e outros diretores e sindicatos, na sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST) para acompanhar o julgamento do Dissídio Coletivo de Natureza Jurídica sobre a interpretação da cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho do Sistema Petrobrás que trata do

pagamento da RMNR. No entanto, pela terceira vez consecutiva, o julgamento foi suspenso pelo Tribunal.

O presidente do TST, ministro Ives Gandra, informou que a Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) declarou haver um Incidente Jurisprudencial de recurso repetitivo em dois embargos em recurso de revista, afetando, assim, a matéria que seria julgada pelo Pleno do Tribunal.

O próximo passo agora será o julgamento deste incidente jurídico para só então ser dado andamento ao julgamento do Dissídio Coletivo de Natureza Jurídica. O TST agendará uma audiência pública para debater mais profundamente a RMNR com os sindicatos e a Petrobrás. Será sorteado um relator para o processo e definidos os prazos que as partes terão para se manifestar.

Fonte: FUP

Petrobrás não pagará PLR pelo terceiro ano consecutivo



Balanço apresentado pela estatal no dia 21 de março contabilizou os prejuízos gerados pelos “impairments” (política deliberada de sabotagem industrial pela direção da empresa e do governo golpista para desvalorização dos ativos), que reduziram em R\$20,3

bilhões o valor dos ativos em 2016, comprometendo o patrimônio da empresa.

A estatal registrou lucro operacional de R\$ 17,1 bilhões e continua batendo recordes de produção, ao fechar 2016 com a média histórica de 2,94 milhões de barris diários de petróleo no final de dezembro. No entanto, amargou perdas de R\$ 14,8 bi, decorrentes da política deliberada da atual gestão de reduzir o tamanho da companhia, despejando no mercado ativos nobres com valores depreciados. Não fossem os “impairments”, a empresa teria registrado

lucro, em vez de prejuízo. Atrás das vendas dos ativos corre um rio bilionário de propina.

Apesar de estar no Acordo Coletivo que a Participação nos Lucros e Resultados pode ser paga mesmo com e empresa apresentando prejuízo – desde que sejam cumpridas metas operacionais - a Petrobrás afirmou que não irá pagar a PLR devido ao descumprimento de uma das metas.

A Comissão de Valores Mobiliários entrou com ação para que a Petrobrás apresente uma revisão dos últimos 5 anos de balanço da empresa.

Leis das S.A. x Lei do Petróleo

Na Eletrobrás as ações preferenciais passaram a ter direito a voto devido a não distribuição de dividendos três anos seguidos, ocorre que estas ações representaram menos de 40% não afetando o controle acionário.

Já na Petrobrás as ações ordinárias estão acima de 50% e não podem afetar o controle da empresa. De

acordo com a Lei do Petróleo no artigo 62, o governo é quem deve ser o controlador. Esta situação ainda está em análise para saber como será dado esse processo. A FUP está estudando uma ação jurídica para questionar os *Impirements* de 40 bilhões feitos pela Petrobrás ao longo dos últimos anos.



Proposta de Efetivo Mínimo visa melhoria na saúde e segurança



Terminou na semana passada as setoriais sobre o Número Mínimo de Segurança na REDUC. O Sindipetro Caxias apresentou para o Regime de Turno uma proposta elaborada pelo sindicato para o Número Mínimo de acordo com a NR-20. Os trabalhadores foram divididos em grupos (Combustível, Lubrificante, Transferência e Estocagem, Energia e Apoio - Técnicos de Química, Enfermagem, Segurança do Trabalho e Patrimonial) para que todos

pudessem contribuir com sugestões em cada área.

A proposta do sindicato foi elaborada sobre o atual Número Mínimo de Segurança praticado na refinaria. Após a soma do Número Mínimo praticado com as melhorias, é aplicado um percentual de 30% sobre o efetivo considerando férias, afastamentos médico e treinamentos. Não foram contabilizados Supervisores e Coordenação de Turno, exceto na Segurança Industrial. A partir

da proposta do Sindicato somada à contribuição dos trabalhadores de Turno, foi montada uma nova tabela que será votada pela categoria em assembléia no mês de Abril.

A implementação de um Número Mínimo satisfatório traz benefícios para a saúde e segurança dos trabalhadores, diminui o número de acidentes e reduz drasticamente o número de Horas-Extras.

O mesmo será feito com os trabalhadores da UTE-GLB e TECAM.

Palestra

Perfil Profissiográfico Previdenciário e Legislação de Exposição ao Benzeno

O Sindipetro Caxias promoverá no dia 11 de abril, na Sede do Sindicato (localizado na José de Alvarenga, 553, Centro/ Duque de Caxias) às 18 horas, a palestra sobre o Perfil Profissiográfico Previdenciário e Legislação de Exposição ao Benzeno.

Serão debatidos os direitos dos trabalhadores e os males da exposição aos agentes especiais, com a repercussão na aposentadoria e na saúde do trabalhador.

A exposição será realizada pela Dr^a Danielle Motta, advogada do escritório Dumani&Motta Advogados associados. A Doutora Danielle Motta compõe juntamente com a Doutora Roberta Dumani a Assessoria do Sindipetro Caxias.

A palestra será transmitida ao vivo pela página do Sindipetro Caxias no Facebook.



PALESTRA

PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO/PPP
&
LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE EXPOSIÇÃO AO BENZENO

- ✓ Requisitos e exigências para o preenchimento do seu Perfil Profissiográfico Previdenciário
- ✓ Os aspectos da legislação previdenciária quanto a exposição ao Benzeno

11 de abril
18 às 20hs

Dr^a Danielle Motta
Assessora Jurídica

A palestra acontecerá na sede do Sindipetro Caxias Rua José de Alvarenga, 553, Centro/D. Caxias/RJ

SINDIPETRO CAXIAS
Sindicato dos Petroleiros do Duque de Caxias
Órgão de Unidade Pública Municipal nº 2020701-1 Estadual, nº 1817029-1

inscrições através do e-mail: juridico@sindipetrocaxias.org.br

Inscrições pelo e-mail secretaria@sindipetrocaxias.org.br ou pelo telefone (21) 2672-1623.

FUP questiona empresa sobre café da manhã

Na Comissão de Regime de Trabalho realizada no dia 23 de março, a direção da FUP questionou a Petrobrás e a Transpetro quanto a retirada do café da manhã nas UTEs e Terminais. A gerência de RH ficou de dar uma resposta até o dia 28 de março.

Além disso, ficou de agendar uma data para discutir os adicionais da Transpetro devido à unificação da diretoria de Óleo e Gás. Também ficou de ser discutido em uma próxima data um acordo nacional de parada de ma-



nutenção para as refinarias.

Também foi informado na reunião da Comissão, que a diferença do reajuste aos Pidvistas sairá somente no dia 10 de abril.

FEBRE AMARELA

O Sindipetro Caxias solicitou à Petrobrás a vacinação de toda força de trabalho (próprios e contratados) da REDUC, UTE-GLB e TECAM, devido ao surto de febre amarela no Estado do Rio de Janeiro. O Gerente Executivo de SMS está vendo a disponibilidade junto ao poder público para atender esse pleito do Sindicato.



Vem aí
a Greve Geral
Prepare-se
CUT
Todo Poder dos Sindicatos
e dos Povos Unidos CUT!



REFORMA DA PREVIDÊNCIA

SUA APOSENTADORIA VAI ACABAR!
REAJA AGORA OU MORRA TRABALHANDO!



PRIVATIZAR FAZ MAL AO BRASIL